

Pós-grande indústria e Renovação do Socialismo¹

Eleutério F. S. Prado²

Introdução

O objetivo dessa nota é apresentar, primeiro, as teses centrais de Moishe Postone, as quais tomaram forma principalmente em seu livro *Tempo, trabalho e dominação social* (Postone, 1993), na perspectiva do materialismo histórico. Com base nessa apresentação e nessa perspectiva, pretende-se, depois, ir além daquilo que elas sugerem e prometem em termos de superação do capitalismo. Para tanto, examina-se o horizonte do socialismo possível com base no fato histórico de que o capitalismo está passando do modo de produção da grande indústria para o modo de produção da pós-grande indústria.

Como se sabe, esse autor distinguiu um marxismo tradicional, que surgiu no século XIX e que veio predominar no campo da esquerda no século XX, e um marxismo renovado, que retorna a Marx para encampar e ultrapassar os esforços teóricos e críticos do marxismo ocidental (de Lukács à Habermas). Se aquilo que caracteriza o primeiro vem a ser uma forte ênfase na exploração do homem pelo homem, isto é, na opressão da classe operária pela burguesia, aquilo que marca o segundo vem a ser uma atenção aguda na sociabilidade baseada no trabalho abstrato, ou seja, no trabalho oprimido, objetivado e alienado, tal como este pode ser apreendido nas obras maduras de Marx (*Grundrisse* e *O Capital*).

Para cumprir o propósito assinalado, busca-se mostrar em seqüência que as fontes dessas duas concepções se encontram no próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, nas configurações assumidas pela organização da produção, ou seja, pelas relações de trabalho e pelas forças produtivas, ao longo de sua história nos últimos séculos. Para tanto, retoma-se aos conceitos de manufatura, grande indústria e pós-grande indústria, os quais foram apresentados em artigos anteriormente publicados pelo autor, evidentemente, com base em interpretação dos próprios escritos de Marx.

Não se nega que essas duas concepções mencionadas por Postone tenham advindo como interpretações das teses de Marx sobre o modo de produção capitalista, desenvolvidas sobretudo em sua obra econômica. Sustenta-se, isto sim, que o marxismo, no momento em que tem de encarar o problema concreto da transformação social, fica limitado pelo horizonte histórico fornecido pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e que, por isso, tende a se desprender em certa medida da perspectiva científico-filosófica estrita em que se situava o próprio Marx, quando ele escrevia a sua grande obra. É evidente que a coerência e a liberdade que pode ser mantida na atividade teórica não pode muitas vezes ser sustentada pelo pensamento quanto este procura orientar a atividade prática.

¹ O título desse artigo, em sua forma primeira, mencionava a expressão “renovação do marxismo”. Agora, ele alude diretamente à “renovação do socialismo”. Depois, de duas apresentações orais, julgou-se que esse novo título expressava melhor o conteúdo aí apresentado.

² Professor da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Sítio: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

As teses de Postone

A reflexão de Postone parte da necessidade de repensar a crítica da economia política de Marx após o fracasso do socialismo tal como este se configurou em certo número de nações no século XX. Pois, não só esse próprio malogro precisa ser melhor compreendido como, também, torna-se necessário apreender adequadamente as novas formas de dominação da relação de capital sobre a existência humana, as quais se desenvolveram nas últimas décadas desse século. Segundo ele, se a teoria crítica do capitalismo pretende tornar-se adequada e eficaz na transformação do mundo contemporâneo, ela tem de se renovar retomando ainda o estudo das concepções de Marx, mas procurando se afastar da crítica marxista tradicional. Eis que o fracasso do socialismo está enraizado também – ainda que não só – no fracasso do pensamento crítico que orientou a ação política responsável pelas revoluções ocorridas nesse século.

Para Postone, o marxismo não é principalmente uma crítica dos modos de apropriação da riqueza socialmente produzida, os quais foram existindo ao longo dos séculos e milênios. Vem a ser, sobretudo, uma crítica radical do modo de produção capitalista enquanto um momento do processo de realização do homem como sujeito da história. Pois, para ele, esse momento é necessário, mas transitório; está bem fundado como modo de existência social, mas em processo constante de mudança; eis que ele próprio cria certas condições necessárias para a sua eventual superação. A crítica marxista é radical porque visa não apenas a repartição do produto do trabalho nesse modo de produção, mas porque atenta para a própria sociabilidade constituída pelo trabalho que aí se efetiva, ou seja, a organização do trabalho e a relação como a natureza, assim como a própria posição do trabalho na vida social como um todo.

Por “marxismo tradicional” entende toda uma compreensão crítica do capitalismo que parte da contraposição entre trabalho assalariado e capital, que se centra nas relações de classe ditadas pela propriedade privada dos meios de produção e que julga o mercado como esfera de mediação e encobrimento dessas relações. Para esse marxismo, o problema central a ser enfrentado pelas forças da transformação concerne à questão da apropriação pela burguesia de parte significativa do produto social gerado pela classe trabalhadora. O socialismo, nessa perspectiva, é visto como o advento de uma sociedade que suprime as relações de apropriação e repartição inerentes ao capitalismo. E que, por isso mesmo, caracteriza-se pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela produção industrial organizada por meio do planejamento centralizado e pela repartição politicamente consciente do produto social por meio do Estado.

“Este enfoque não se mostra mais útil para fundamentar uma teoria crítica da emancipação. Foi incapaz de fornecer uma base adequada para a crítica histórica do “socialismo real” e se mostrou impotente frente ao desmoronamento dessa formação social. A análise crítica do capitalismo [contemporâneo] por parte do marxismo tradicional se revelou igualmente inadequada. Já não é convincente proclamar que o socialismo representa a resposta aos problemas do capitalismo, quando entendemos por ele, simplesmente, a introdução do planejamento centralizado e a propriedade estatal” (Postone, 2005, p. 36).

Ou seja, o marxismo tradicional, segundo Postone, não está mais capacitado para responder às insatisfações e aspirações emergentes nas sociedades em que o processo de

desenvolvimento econômico encontra-se em estágio avançado. Pois, é incapaz de apreender adequadamente as formas da subsunção do trabalho ao capital que surgiram e se impuseram com as transformações recentes no modo de produção. Ele se impede de compreender as novas formas da heteronomia laboral já que se nutre de uma visão positiva do trabalho industrial enquanto tal e do progresso tecnológico corrente para o futuro da humanidade. Ora, os temas que hoje despertam atenção da crítica prática e teórica concernem às doenças fisiológicas e psicológicas do trabalho, aos problemas ecológicos trazidos pelo crescimento econômico, às formas da alienação produzidas conscientemente pela indústria cultural, à aguçada sensibilidade em relação às liberdades políticas e as identidades sociais que extrapolam as de classe, etc. Por tudo isso – conclui –, “o marxismo tradicional tornou-se cada vez mais anacrônico” (Postone, 2007, p. 37).

Em razão de tudo isso – julga Postone em complemento –, vem a ser necessário reapresentar a teoria crítica do capitalismo, modificando tanto o seu núcleo mais central quanto o seu direcionamento social e político. Não, entretanto, por meio da criação de uma nova doutrina que se afaste das fontes originais do marxismo, mas, ao contrário, precisamente, por meio de uma reconstrução que se apropria dos incisivos conteúdos contidos na obra madura do próprio Marx. O primeiro movimento dessa reconstrução, segundo ele, vem a ser constatar que as categorias da crítica de Marx postas nos *Grundrisse* e em *O Capital* referem-se especificamente ao capitalismo, uma forma de sociabilidade historicamente datada, a qual se caracteriza por subordinar o homem à produção crescentemente automatizada e, por isso, altamente eficiente. Eis que no alvo dessa crítica encontra-se a relação social de mercadoria que se desdobra na relação social de dinheiro e na relação social de capital, as quais estruturam decisivamente as ações e as mentes das pessoas, ou seja, o que elas fazem na prática e o que elas pensam do mundo. A lógica do capital tende a racionalizar instrumentalmente a consciência e a automatizar o comportamento das pessoas, mas por oprimi-las em condições de riqueza crescente, cria certas premissas que tornam possível a sua eventual libertação.

Na análise da mercadoria, Marx mostra que ela está constituída como uma duplicidade antitética, ou seja, como valor de uso e valor. Esta duplicidade expressa correlativamente a duplicidade igualmente antitética inerente ao próprio trabalho no modo de produção capitalista, ou seja, a que se revela como trabalho concreto e trabalho abstrato³. O primeiro responde pela relação constante do homem com a natureza, mas o segundo decorre do modo de interdependência social característico do capitalismo. O valor é forma de relação social que permanece implícita no valor de troca (e nos preços) das mercadorias e que, por isso mesmo, pertence ao seu inconsciente social. Em consequência, as relações sociais desse sistema se encontram reificadas, o que faz das mercadorias fetiches. A contrapartida dessa coisificação vem a ser a alienação das pessoas. Estas figuram aí como personagens econômicos que representam as mercadorias, o dinheiro, a própria força de trabalho e as formas do capital.

³ O trabalho é sempre concreto e abstrato se com este último termo se indica o fato de que todo trabalho contribui (mesmo se vem a ser realizado individualmente) para a reprodução da sociedade. No modo de produção capitalista, entretanto, o trabalho se torna sistemicamente coletivo e inerentemente social. Em razão do modo de travamento das relações sociais, transforma-se em substância social sem que os homens o percebam. Nessas circunstâncias, trabalho abstrato não significa precisamente trabalho em geral, mas trabalho socialmente reduzido a uma “gelatina indiferenciada”. A determinação quantitativa dessa substância, porém, só se afirma sem grandes problemas na grande indústria. Antes e depois, a qualidade do trabalho afeta a qualidade dessa redução (que pode, portanto, ser mais ou menos adequada à medida da riqueza efetiva).

No fragmento que se segue, o próprio Postone expressa o significado histórico dessa forma de sociabilidade. Porém, é preciso que se entenda a referência ao tempo aí feita não como tempo do vivido, mas como um tempo meramente homogêneo e quantitativo cujo espelho é o espaço da geometria euclidiana:

“Esse tipo de mediação social dá lugar, em conseqüência, a um... tipo abstrato de dominação social: um modo de subordinação social que submete as pessoas a imperativos e constrictões estruturais impessoais e crescentemente racionalizadas. Assim, as pessoas são dominadas pelo tempo” (Postone, 2007, p. 40).

Segundo Postone, esse modo de dominação social é, pois, estrutural e impessoal. Por isso, não pode ser apreendido corretamente como dominação de classe que se concretiza na esfera política da sociedade. É preciso considerar, antes, que se trata de algo que acontece de um modo sistêmico. Ele se impõe de modo abstrato e com a força de realidade objetivamente dada e, desse modo, determina fortemente, mesmo que não pareça, os meios e os fins das pessoas. Se o modo de reprodução desse sistema afigura-se diferenciado, dinâmico e inovador, ele consiste em essência na reposição infundável dos próprios pressupostos. Pois, esse processo de reposição vem a ser a própria expansão do capital. Assim, não apenas se realiza e se amplia a extração de mais-valia e a espoliação da classe trabalhadora, mas também se repõe em escala ampliada a mesma estrutura de subordinação do homem aos imperativos sistêmicos. O marxismo tradicional enfoca criticamente a exploração do homem pelo homem, mas o aspecto mais grave da expansão do sistema é a degradação social e moral das pessoas, assim como a destruição acelerada do meio ambiente. Em conseqüência, o problema principal do crescimento não vem a ser as crises que geram desemprego e rebaixam os salários, mas o caráter insaciável e predatório desse próprio crescimento.

A expansão econômica propiciada pelo capitalismo não pode ser considerada como uma trajetória irrecusável em que se efetiva um tipo de progresso tecnológico de valor universal para a espécie humana. Diferentemente, é preciso considerar que as mudanças técnicas observadas nos processos de produção capitalista orientam-se sobretudo por propósitos associados à valorização do capital: reduzir o tempo de trabalho vivo, minimizar o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho, abrir novas fronteiras para a acumulação de capital, ampliar o mercado consumidor pela obsolescência planejada, etc. Em conseqüência, tal progresso é apenas progresso subordinado à acumulação de capital. Os incrementos sucessivos da produtividade do trabalho, ao reduzir o tempo de trabalho necessário à produção da riqueza material, tornam possível libertar o homem do trabalho alienado e compulsório. Porém, isto não acontece e não pode acontecer já que o *télos* inerente a esse modo de produção não vem a ser a humanização da sociedade, mas a valorização do valor, ou seja, o aumento constante da extração de trabalho da força de trabalho, incrementando, assim, o próprio processo de acumulação.

Postone sustenta que a crítica de Marx não permite pensar a sociedade futura como uma construção social baseada na tecnologia e na organização da grande indústria tal como ela se desenvolveu no capitalismo. Nem permite assumir que essa sociedade possa se sustentar no poder político do proletariado que se libertou do jugo da burguesia por meio de uma revolução. Pois, essa crítica não contradita simplesmente a exploração do homem pelo homem, a dominação política de uma classe sobre outra e a distribuição desigual da renda e da riqueza assentada nessa dominação, mas se configura como uma análise de estrutura que

denuncia em seu âmago todo um modo de organização social. Eis que esse modo está baseado numa lógica objetiva de dominação do mundo (do homem e da natureza não-humana), ancorada, em última análise, na posição do trabalho como trabalho abstrato. E que, por isso, é portador de uma racionalidade instrumental e reducionista que, no correr do tempo histórico, passa cada vez mais de progressiva à regressiva e se torna crescentemente desmedida e irracional.

A crítica de Marx – diz ele –, “pelo contrário, aborda a sociedade industrial moderna como inerentemente capitalista, analisa de maneira crítica o capitalismo, basicamente, em termos de estruturas abstratas de dominação, de crescente fragmentação do trabalho e das existências individuais, assim como de uma lógica cega e desenfreada de desenvolvimento. Faz da classe trabalhadora um elemento central do capitalismo, mais do que de sua negação, conceitua implicitamente o socialismo não em termos de realização do trabalho industrial e da produção industrial, mas sim em termos da abolição possível do proletariado e da organização da produção baseada no trabalho proletário, assim como do sistema dinâmico de compulsões abstratas constituídas pelo trabalho enquanto atividade social mediadora” (Postone, 2007, p. 43).

Postone acredita que essa reinterpretação dos textos maduros de Marx possa propiciar uma renovação do marxismo tanto em sua dimensão teórica quanto em sua dimensão prática. Sobre a base acima apresentada, torna-se possível erigir uma nova perspectiva teórica, a qual se levanta sobre os erros do passado, permitindo aprofundar a crítica tanto do capitalismo pós-liberal (ou neoliberal) quanto do assim chamado “socialismo real”. Esse novo marxismo, além de mais rigoroso, vem de encontro às aspirações sociais contemporâneas ligadas ao aprofundamento da democracia e à preservação do ambiente natural. A renovação teórica, por sua vez, torna possível reconduzir o movimento crítico da própria sociedade efetivamente no rumo da superação das estruturas do capitalismo, ou seja, da negação histórica do capital. A sociedade pós-capitalista, nessa perspectiva, aparece como aquela sociedade em que será superado tanto o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho alienado, quanto o próprio proletariado. Aí existirão, então, as condições sociais em que se observará não só a efetiva abolição das classes e a supressão do próprio Estado, mas também, principalmente, o florescimento do próprio homem.

Três momentos do capitalismo

Como se dá historicamente a subordinação do homem ao trabalho abstrato tornado autônomo, o qual se configura por isso mesmo, na realidade social, como um sujeito metafísico, como uma criatura que sujeita o seu próprio criador? É bem sabido que Marx distingue a subsunção meramente formal e a subsunção real do trabalho ao capital. Em *O Capital*, ele também distingue três modos de cooperação: simples, manufatureira e grande industrial. Nos *Grundrisse*, ele parece indicar a possibilidade de pensar um quarto modo de cooperação que aqui será denominado de pós-grande industrial. Para entender a questão posta é preciso começar pelo próprio trabalho.

Ora, para esse autor, trabalho (no sentido meramente econômico do termo) é atividade orientada para a realização de um fim particular; já capital é trabalho morto que

suga o trabalho vivo, valor que se valoriza, e que, portanto, tem a si mesmo como um fim geral, único e absoluto. Subsunção, pois, significa subsunção do particular ao geral, do plural ao unitário e do relativo ao absoluto. Significa, dizendo de outro modo, redução do próprio trabalho e da própria natureza⁴, enquanto diversidades qualitativas, a quantidades abstratas. Eis que esta última – note-se – recebe muda, mas não sem reação, o trabalho do homem.

Para compreender toda essa questão, pois, é preciso começar pelo conceito de processo de trabalho, cujos elementos são o próprio trabalho, o seu objeto e os seus meios. O objeto de trabalho é simplesmente a matéria natural (terra) seja na forma bruta seja numa forma já modificada pela mediação do próprio trabalho. Os meios de trabalho são objetos especiais que conduzem a atividade, potenciam a força produtiva do trabalho e que os trabalhadores interpõem entre si mesmos e os objetos de trabalho. Ao processo de trabalho enquanto tal, pois, é inerente a determinação subjetiva posta pelo trabalhador, já que o objeto moldado por sua atividade precisa ter existido antes em sua imaginação, de um modo ideal. Eis que isto se modifica quando o processo de trabalho vem se efetivar no interior de um processo coletivo de produção que transcende o interesse, à vontade e a imaginação do trabalhador individual.

Historicamente, a passagem do trabalho individual ao coletivo, não de forma eventual, mas abrangente e sistemática, ocorre na época moderna com a ascensão do capitalismo. Nesse sistema, ele não permanece privado, individual e isolado porque se torna subordinado a um processo auto-sustentado de reprodução e que é, ao mesmo tempo, uma potência alienante. Dizendo de outro modo, a coletivização do trabalho ocorre quando o processo de produção passa a se subordinar a um processo de valorização. Quanto isto acontece, o trabalho produz não apenas um produto que tem “*valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia*” (Marx, 1983, p. 155).

O processo de produção capitalista se configura como tal quando o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista por meio da venda temporária de sua força de trabalho. Este último detém quase todas as condições necessárias para que a produção se realize: possui os meios de produção, as matérias primas e os instrumentos de trabalho, assim como o dinheiro que pode comprar a força de trabalho, dinheiro este que o trabalhador recebe como salário com o qual compra a própria sobrevivência em sociedade. O trabalho, agora, pertence ao movimento de um processo de produção administrado pelo capitalista. Este o controla como um todo, assim como o destino do produto, o qual lhe pertence como mercadoria. Entretanto, ele só não pode possuir o próprio trabalhador que, em potência ou efetivamente, continua sempre tendo fins que lhe são adversos.

Na origem do novo modo de produção, no entanto, o agente de sua constituição histórica, o capitalista, apenas podia contratar a força de trabalho existente, tal como esta havia se desenvolvido anteriormente. Aqueles que se tornavam inicialmente disponíveis para vender a sua força de trabalho no mercado haviam se instruído como trabalhadores em práticas de trabalho artesanais e campesinas, as quais se caracterizavam por serem processos de trabalho autênticos. Nesse primeiro momento, portanto, não poderia haver subsunção real do trabalho ao capital, já que isto só vai ocorrer quando os fins postos pelo trabalhador deixarem de prevalecer na prática de trabalho, no processo de geração do

⁴ É na ciência moderna, com o seu caráter de saber quantitativo por excelência, e na prática orientada por ela, que se manifesta esse tratamento reducionista da natureza

produto. Dito de outro modo, a subsunção real requer uma restrição progressiva da subjetividade do trabalhador, a subordinação de toda sua atividade e mesmo de seus fins aos fins da produção capitalista. De início, pois, apenas poderia haver a subsunção formal do trabalho ao capital, cuja expressão legal é o contrato de trabalho individual. Nos conceitos de Marx, subsunção formal significa que o processo de trabalho, mantendo ainda o caráter de processo de trabalho, converte-se em instrumento do processo de valorização.

A subsunção formal é compatível com a extração da mais-valia absoluta, ou seja, do mais trabalho que é arrancado do trabalhador pelo prolongamento da jornada de trabalho. A extração da mais-valia relativa só pode vir a ocorrer quando o capital passa a revolucionar não apenas as relações entre os diversos trabalhadores, mas também a natureza do trabalho e os modos de trabalhar, por meio da transformação do processo produtivo pela aplicação consciente da ciência e da tecnologia. Agora, os trabalhadores tornam-se materialmente subordinados ao capital, ou seja, tornam-se apêndices de um processo de produção cujo cerne é um sistema de máquinas. Quando isto ocorre, não é mais o trabalhador que interpõe os meios de trabalho entre si mesmo e o objeto de trabalho, mas ele próprio é interposto entre este último e o corpo do capital (o sistema de máquinas). Se antes os modos de trabalhar eram determinados pelo princípio subjetivo, ou seja, pela habilidade e criatividade dos próprios trabalhadores, agora eles estão determinados por um princípio objetivo, ou seja, por uma lógica sistêmica de produção orientada pela acumulação que determina os fins particulares perseguidos pelos trabalhadores. Tem-se, assim, uma primeira negação do processo de trabalho.

De um ponto de vista histórico, a subsunção formal do trabalho ao capital está associada ao período da cooperação simples e da manufatura, quando então predomina a extração de mais-valia absoluta. Nessas condições de produção, a possibilidade de obtenção de mais-valia relativa é limitada. É só com o advento da grande indústria, quando subsunção real do trabalho ao capital torna-se efetiva e se generaliza, é que passa a predominar o modo relativo de extração de mais-valia em relação ao absoluto, o qual, aliás, nunca desaparece. Quando o capital passa a controlar o modo de trabalhar, consegue obter aumentos da produtividade do trabalho que reduzem o custo de reprodução da força de trabalho, diminuindo, em consequência, a necessidade de capital variável para gerar um determinado montante de valor adicionado, o que se traduz, ao final, em um aumento da mais-valia.

É preciso distinguir, como se sabe, dois períodos nos dois séculos de duração da grande indústria: o concorrencial e o monopolista. A gerência científica, o controle dos tempos e dos movimentos (taylorismo), a produção em série e a massificação do produto (fordismo), tudo isso pertence ainda ao modo de produção da grande indústria, mas vêm marcar o advento de um novo período caracterizado pela predominância das grandes empresas monopolistas na dinâmica de acumulação capitalista. Sob esses termos não se devem entender apenas novas técnicas de organização da produção, mas procedimentos que moldam e controlam os trabalhadores. Eles estendem, aperfeiçoam e efetivam os sistemas de produção nucleados pelos sistemas de máquinas, os quais levam a um grau mais alto a supressão dos processos de trabalho enquanto tais. Surgem, assim, gigantescos aparelhos consumidores de trabalho que são capazes de produzir grandes volumes de mercadorias. Os autômatos fabris criados pela primeira revolução industrial transformaram-se, agora, em grandes empresas com muitos níveis hierárquicos e ampla complexidade organizacional. A subsunção real torna-se mais perfeita no chão de fábrica e é, ao mesmo tempo, estendida

também para os escritórios, tornando-se inclusive organizacional (Braverman, 1974, p. 293-358).

Segundo Marx, do próprio desenvolvimento da grande indústria deve surgir um terceiro momento do modo de produção capitalista. Nos *Grundrisse* de 1857-1858, ele escreveu o seguinte: “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado, do que da força dos agentes [isto é, da ciência e da tecnologia] que são postos em movimento durante o tempo de trabalho” (apud Fausto, 2002, p. 129). Ora, pode-se supor que Marx se refira nesse trecho somente ao que pode acontecer no interior e no prolongamento da grande indústria. Mas também se pode supor que aí ele contempla uma ruptura possível nesse processo de desenvolvimento. Assume-se aqui que essa segunda interpretação é correta e, a partir dela, busca-se renovar a compreensão da história recente do capitalismo. Supõe-se que nas últimas décadas do século XX tenha ocorrido de fato uma transformação qualitativa nesse modo de produção, a qual tende a deixar para trás o modo de produzir da grande indústria. E se passa a empregar o termo pós-grande indústria para denominar esse novo modo de produzir, seguindo uma tese formulada em seus grandes traços por Ruy Fausto (Fausto, 2002, 128-140).

Nessa perspectiva, o trecho acima citado não indica apenas que a produção de valores de uso passa a depender fortemente de conteúdos científicos e tecnológicos, mas aponta para uma importante mudança na formação do valor. Com o desenvolvimento do capitalismo, este já não vem a ser mais simplesmente um quantum de tempo de trabalho, mas passa a receber a influência dos conhecimentos científicos e tecnológicos que são mobilizados no processo de produção, durante o tempo de trabalho. Introduce-se, assim, com o concurso necessário dos trabalhadores, um elemento qualitativo e perturbador na formação do valor e no processo de valorização.⁵ Isto significa que o mero tempo de trabalho se torna inadequado (Marx fala em desproporção qualitativa) para medir a riqueza efetiva e que, por isso, o valor se torna desmedido⁶; o tempo de trabalho socialmente necessário perde a sua função na regulação da produção, da circulação de mercadorias e do processo de acumulação, de tal modo que os funcionamentos do modo de produção capitalista tendem a se tornarem mais e mais desregrados em si mesmos, requerendo crescente intervenção do Estado.

Na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital – ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas – deixa de ser a máquina, o sistema de máquina, a fábrica ou a fazenda em sua materialidade corpórea. A matéria privilegiada do capital, aquela em que recai o grande investimento – eis que aí está a fronteira da acumulação e a fonte dinâmica da geração de lucros – vem a ser agora o próprio conhecimento científico e tecnológico. Eis que assim o capital não se associa, sobretudo, aos ativos tangíveis, mas se agrega enquanto forma aos ativos intangíveis ou imateriais – objetos de um novo quíproquo fetichista.

Deve-se notar, nesse ponto da argumentação, que por conhecimento científico e tecnológico entende-se na época moderna todo um imenso conjunto de saberes sobre a natureza e sobre a sociedade que são formulados conforme a ordem do entendimento e que podem, por isso, ser formalizados. Dito de outro modo, são saberes que obedecem a lógica do reducionismo e que podem ser separados dos seus próprios conteúdos semânticos para

⁵ Uma discussão extensa sobre a interpretação desses parágrafos dos *Grundrisse*, ver Borges Neto (2010).

⁶ Para Ruy Fausto, o valor passar a existir qualitativamente, tornando-se, por isso, “valor negado”.

serem representados por meio de procedimento algorítmicos. É por isso que a pós-grande indústria vem à luz quando ocorre a chamada revolução microeletrônica. Por meio dessa revolução, os sistemas digitais de informação penetram profundamente no seio da produção, mudando o seu caráter de forma marcante.

Nesse modo de produzir, a força produtiva social passa a ser objetivada não apenas em meios de produção fisicamente hábeis na realização de certas tarefas (ou seja, em máquinas e sistemas de máquinas mecanicamente construídos), mas também – e de modo crucial – em meios de produção capazes de replicar raciocínios por meio de procedimentos estritamente formais (ou seja, em máquinas computacionais). Se em ambas as situações se objetivam conhecimentos científicos, apenas na segunda se efetiva socialmente, ganha posição na sociedade, aquilo que Marx chama de “*intelecto geral*”. Quando os sistemas de produção se tornam mais e mais automatizados por meio do emprego da computação eletrônica, a qual objetiva de modo exemplar a compreensão científica do mundo desenvolvida na época moderna, muda a função do trabalhador. Para empregar os termos de Marx, pode-se dizer que, então, “*o trabalho não aparece mais até o ponto de estar incluído no processo de produção, mas o homem se relaciona antes como guardião e regulador do processo de produção*” (apud Fausto, 2002, p. 130).

O trabalhador da pós-grande indústria – cujo período histórico se inicia, aproximadamente, no último quartel do século XX – torna-se, pois, guardião e regulador do processo de produção. Ora, isto é crucial, pois vem marcar, segundo Fausto, uma segunda negação do processo de trabalho. Dentro dos limites do capitalismo, o trabalhador continua não determinando os fins de sua atividade, não se torna sujeito de sua própria atividade produtiva, mas deixa de estar inserido como peça viva no processo de produção. Diferentemente, situando-se “fora” dele, torna-se um veículo privilegiado da inteligência coletiva que conforma todos os processos de produção tecnologicamente avançados e que se valem de complexos sistemas de informação (em que a computação tem um papel importante).

Nessa condição, mesmo se volta a vigorar aí o princípio subjetivo, o trabalhador continua subordinado de modo real ao capital. Ele é agora chamado a exercer um papel ativo e co-responsável no processo produtivo; em consequência, a sua compreensão maior ou menor desses processos tem de estar a serviço deles mesmos. Assim, se deixa de estar intercalado, se deixa de estar subordinado materialmente à atividade produtiva⁷, ele não se liberta e não se emancipa como trabalhador. O sistema de produção, no qual se encontram objetivados conhecimentos científicos e tecnológicos extremamente avançados, passa a exigir dele um comprometimento subjetivo que envolve atenção permanente, colaboração pró-ativa e dedicação ao trabalho. Ademais, esse envolvimento intelectual com a produção não pode ser apenas científico e tecnológico, mas deve se estender também ao ideológico. Para que a empresa – e, assim, o sistema como um todo – funcione bem, o trabalhador tem de vestir a camisa da empresa – e também a do capitalismo. A pós-grande indústria é caracterizada, por isso, pela subsunção formal, intelectual e societária do trabalho ao capital (Prado, 2005).

⁷ Coriat distingue, nesse aspecto, as indústrias de processo contínuo em que os trabalhadores, agora polivalentes, atuam de fato como supervisores e controladores externos do processo de produção, das indústrias de produção em série, utilizadoras intensivas de robôs, em os trabalhadores continuam submetidos ao ritmo de produção. Nesse caso, ele diz que os trabalhadores atuam como acompanhantes próximos do processo de produção. Isto mostra que as novas forças produtivas, pelo menos dentro da disciplina do capital, apresentam óbices à libertação e emancipação dos trabalhadores. Ver Coriat (1988, p. 111-116).

Do socialismo

Como foi dito na introdução, procura-se nesta nota encontrar as bases do marxismo tradicional e do marxismo renovado (tal como foram caracterizados por Moishe Postone) nas configurações históricas reais do próprio capitalismo em seu processo de desenvolvimento. Para tanto, com o fim de encontrar as raízes sociais dessas duas concepções, retomou-se na seção anterior os conceitos-chaves de manufatura, grande indústria e de pós-grande indústria. Ora, esse tipo de investigação não só não é novo na literatura marxista, mas, ao contrário, pode ser considerado como algo que segue um padrão bem estabelecido em seus grandes traços.

Como se sabe, a mesma espécie de investigação orientou a elaboração do texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico* de Friedrich Engels, o qual foi publicado pela primeira vez em 1880. Abre esse escrito uma afirmação que não deixa qualquer dúvida sobre o modo de construir as teses que aí vão ser apresentadas: “o socialismo moderno” – diz Engels – “é, em primeiro lugar, por seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, por um lado dos antagonismos de classe que imperam na sociedade moderna (...) e, por outro lado, na anarquia que reina na produção” (Engels, 2005, p. 39). Ainda que não seja possível concordar com a tese de que o conhecimento possa ser considerado como mero reflexo da realidade social no pensamento⁸, é preciso assentir que Engels busca estabelecer, em sentido correto, certas relações de constituição – e de superação – entre as concepções de socialismo e as configurações históricas do modo de produção capitalista.

Para Engels, as manifestações históricas da luta de classe na ascensão do capitalismo na Europa suscitaram constantemente o aparecimento de concepções teóricas que buscavam superá-lo. As mudanças sociais e políticas propostas por essas concepções foram sempre informadas – e limitadas – pelo amadurecimento da situação histórica, ou seja, pelo grau de desenvolvimento das contradições do próprio capitalismo. Desse modo, ele sustenta a tese de que na vida prática e concreta dos homens surgem as questões que serão enfrentadas, direta ou indiretamente, pela reflexão teórica e crítica, a qual não pretende outra coisa do que retornar à vida prática para reorientá-la politicamente na luta pela transformação da sociedade.

Aquilo que chama de “socialismo utópico”, e que se caracteriza por conceber planos detalhados e fantasiosos de novos modos de organização social que visam emancipar a humanidade como um todo, encontra-se associado em seu texto ao período histórico em que vigorava a cooperação simples e a manufatura. Nesses tempos, o modo de produção ainda não se configurara marcadamente como capitalista e o proletariado não se destacara da classe dos pequenos proprietários burgueses. Todos aqueles que se encontravam na parte inferior da escala social, ao contrário, figuravam nessa época como pertencentes à classe dos trabalhadores. Por isso, o proletariado em formação era incapaz de engendrar uma ação política com características próprias. A existência na sociedade pós-medieval de massas sofridas, oprimidas e miseráveis, porém, entrava em conflito com a idéia de ordem social racional, a qual fora formulada pelos pensadores da burguesia em ascensão. Ora, isto repercutia em certas mentes inquietas e nelas suscitava que formassem modelos utópicos

⁸ Deve-se ter cuidado ao criticar Engels nesse ponto, porque não se pode lhe atribuir, simplesmente, a tese de que o pensamento vem a ser um reflexo passivo na mente humana dos fatos da experiência. Para uma discussão mais profunda desse tópico, ver Musse (1997).

para resolver os problemas da sociedade. Imaginava-se que se tais ordens sociais bem pensadas fossem implantadas – por meio da iniciativa, do exemplo e do convencimento –, aqueles incômodos sociais seriam suprimidos.

“Esta situação histórica informa... as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar.” (Engels, 2005, p. 46).

Já aquilo que ele denomina de “socialismo científico” emerge junto com a grande indústria:

“E só a grande indústria desenvolve, por um lado, os conflitos que transformariam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista – conflitos que só eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criada – e, de outro lado, desenvolve também nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos” (Engels, 2005, p. 46).

Quando surge a grande indústria – e esta se desenvolve em primeiro lugar na Inglaterra –, ela muda as feições da sociedade, principalmente na esfera urbana. Essa deixa de aparecer como o lugar tranqüilo e rotineiro da antiga classe média, e passa a figurar como o centro dinâmico da produção capitalista e, por isso, do embate entre contingentes expressivos de proletários e a classe dos grandes capitalistas. Surgem as cidades industriais que se caracterizam pela operosidade e pela inquietude, sempre renovada. Esse novo modo de produção traz consigo, por um lado, certo fervor associado ao crescimento rápido da riqueza para a classe privilegiada e, por outro, a faina degradante e desmoralizadora para as grandes massas operárias. É assim que foram criadas as condições sociais objetivas para o aparecimento de um socialismo conseqüente que, inspirado nas realizações da ciência moderna, desejará tomar as coisas pela raiz na esfera da sociedade e da história. A sua fonte primeira – ele mesmo declara – é a própria luta de classes.

O socialismo científico, assim, vai explicar a consciência dos homens por seu modo de existência em sociedade.⁹ Ele se constrói sobre duas grandes descobertas: o materialismo histórico e a crítica da economia política. A primeira apresenta a história sobretudo como história das lutas de classe; a segunda desvela o segredo da produção capitalista, qual seja, a mais-valia. Pensando assim, Engels vai encontrar no próprio modo de produção em existência os meios para superá-lo. As condições da produção no capitalismo de grande indústria – convém – “têm forçosamente de conter, mais ou menos

⁹ Ainda que Marx e Engels tenham se precavidos para não formular concepções utópicas, a história mostrou que certos elementos contidos em suas teses sobre o pós-capitalismo afiguram-se, neste começo do século XXI, de difícil realização prática. Uma discussão importante desse tema encontra-se num texto de Vásquez (Vásquez, 2010, p. 19-71).

desenvolvidos, os meios necessários para por fim aos males descobertos” (Engels, 2005, p. 74).

Para esse autor, pois, vem a ser a própria grande indústria que fornece certa base sobre a qual é possível construir o socialismo. Com ela, o capitalismo imprime definitivamente um caráter social à produção ao mesmo tempo em que se mantém e avança, tal como ocorria na pequena produção individual, por meio da apropriação privada. E essa contradição é tomada como central para pensar um desenvolvimento da história cujo norte vem a ser o socialismo. Pois, à medida que se difunde o novo modo de produção, seja entre os ramos industriais no interior dos países seja entre as nações economicamente importantes, observa-se uma crescente inadequação entre as forças produtivas e as relações de produção. Como o progresso da capacidade de apropriação da natureza, alcançado por meio da indústria moderna baseada nos sistemas de máquinas, “...maior é a evidência com que se revela a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista” (Engels, 2005, p. 74-75).

E nessa incompatibilidade encontra-se a semente da transformação social. Pois, “a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia” (Engels, 2005, p. 75). Por um lado, portanto, o desenvolvimento da grande indústria cria as condições políticas para revolucionar a sociedade: ela própria faz nascer um crescente proletariado, fomentando também, ao mesmo tempo, as condições pelas quais ele pode adquirir forte consciência de classe. Por outro, esse mesmo desenvolvimento mostra em que consiste a possibilidade econômica do socialismo. Basta ver que “a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio da sociedade” (Engels, 2005, p. 78).

A indústria moderna consolida um modo avançado de coordenação do trabalho que é caracterizado como altamente socializado e científico por excelência: a ciência informa os métodos de produção, é plasmada nos sistemas de máquinas, encontra-se objetivada no planejamento dos processos produtivos que incorporam grandes contingentes trabalhadores. Nessa perspectiva, o socialismo surge como o modo de organização da sociedade que coaduna as relações de produção com as forças produtivas sociais desenvolvidas no seio do capitalismo, por meio do planejamento centralizado da produção e da apropriação coletiva do produto do trabalho¹⁰. O caminho para o socialismo, é evidente, passa então, no plano político, pela tomada do poder do Estado e, no plano econômico, pela estatização dos meios de produção.

É evidente: aquilo que Engels chama de “socialismo científico”, Postone caracteriza como a concepção de socialismo do marxismo tradicional. O seu fundamento na realidade social e histórica, aquilo que fornece o horizonte para pensar a sociedade futura, é grande indústria. Quando ocorre a transformação do capitalismo da grande indústria em socialismo – segundo Engels –, desaparece também a alienação e o fetichismo, de tal modo que o homem começa a ultrapassar a sua pré-história:

¹⁰ Essa concepção de socialismo se reflete com extraordinária clareza em *O Estado e a revolução* de Lênin: “A sociedade inteira” – diz ele – “não será mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário” (Lênin, 1979, p. 125)

“Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai do reino animal e se sobrepõe às condições animais de existência, para se submeter a condições de vida verdadeiramente humanas” (Engels, 2005, p. 92).

Ao se admitir, então, que o capitalismo passa pelo momento da grande indústria e ingressa no momento da pós-grande indústria, uma questão se impõe: como se deve conceber o socialismo a partir dessa nova experiência histórica? Ora, é aqui que esse novo conceito de modo de produção encontra as teses de Moishe Postone, as quais propõem – como foi mencionado – uma renovação do marxismo. Esse autor faz corretamente a crítica do marxismo tradicional: este, em síntese, pensa o socialismo moderno a partir de uma interpretação da grande indústria, mas não examina esta última enquanto forma de subsunção do trabalho ao capital. Diferentemente, toma essa forma apenas como um modo historicamente determinado de opressão de classe que visa controlar a geração e a apropriação de mais-valia¹¹.

Postone, porém, não formula o conceito de modo de produção pós-grande industrial e, por isso, não percebe que, mediante a superação da grande indústria, tornam-se os trabalhadores portadores da ciência e da tecnologia (constituídas como inteligência coletiva). Ora, o “intelecto geral” vem a ser um patrimônio coletivo da humanidade que se encontra, por enquanto, subordinado ao capital. Ao não apreender o caráter definitivo dessa contradição, por não chegar a reconhecer o advento de uma segunda negação do processo de trabalho na história do capitalismo, ele se impede de descobrir aí as condições sociais objetivas e subjetivas que tornam possível a libertação do trabalho da relação de capital.

Isto, é óbvio, precisa ser melhor explicado.

De início, um ponto deve ser ressaltado: o marxismo tradicional encontra na grande indústria um modelo exemplar de organização do trabalho que expressa o extraordinário grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas, tal como se configura já do século XIX. A produção – é isto que Engels ressalta – apresenta-se já aí como social por excelência. Ora, na pós-grande indústria esse grau é ultrapassado; agora, a produção acha-se organizada com base na inteligência coletiva, o que amplia e fortalece ainda mais o caráter social da produção. Não só a produção de bens e serviços encontra-se entrelaçada em redes que abrangem o mundo como um todo, mas também os conhecimentos científicos e tecnológicos, os quais informam crucialmente todos os tipos de produção que aí possam se efetivar, estão em princípio entretecidos em escala mundial.

É evidente, todo esse processo de produção globalizado continua, *grosso modo*, submetido ao processo de valorização do capital e, por isso, ao modo privado de apropriação. São notórias, contudo, as dificuldades encontradas para subjugar as novas

¹¹ O erro do marxismo tradicional consiste, segundo Postone, centralmente no seguinte: “A sua [de Marx] noção de superação do capitalismo, em conseqüência, não pode ser entendida em termos de uma superação apenas do mercado ou em termos da extensão para a sociedade como um todo da ordem planejada que prevalece na fábrica; Marx descreve essa ordem em termos de uma completa subjugação do trabalhador ao capital (entendida não em termos de propriedade privada, mas como um modo de organização do trabalho que aumenta o seu poder produtivo). Na verdade, a sua análise implica que a superação do capitalismo requereria a superação tanto do despotismo burocrático, organizado e “planejado” na esfera da produção quanto da anarquia na esfera da distribuição, sempre dando prioridade crítica ao primeiro” (Postone, 1993, p. 331).

forças produtivas, mantendo-as sob as formas da relação de capital. A produção de certos bens e serviços parece querer escapar do modo de produção capitalista; os produtos de conteúdo artístico, emocional e intelectual originados na economia capitalista parecem não se adequar à forma mercadoria.

Vale notar aqui, no entanto, que a empresa pós-grande industrial não se afigura mais como um grande autômato que se orienta – e, assim, funciona – por meio do comando e do planejamento centralizado. A empresa da grande indústria – é certo – estava organizada com base na lógica de causação que informa a ciência moderna e, por isso, ela própria se afigurava como um sistema mecânico de grandes proporções. A aplicação dessa lógica à organização dos trabalhadores no interior dos aparelhos produtivos, aliás, encontrava-se no cerne da subsunção material do trabalho ao capital.

Destarte, com o advento da pós-grande indústria, surgiu também uma tendência à aplicação dessa lógica ao controle computacional dos processos produtivos, o que produziu, paradoxalmente, uma tendência a certa libertação das atividades laborais que transcorrem no âmbito das empresas. Eis que estas, doravante, tendem a deixar de serem meros complementos de processos mecânicos, passando a se configurar como atividades próprias do homem. Ora, isto é o mesmo que afirmar do princípio subjetivo que ele volta a vigorar no processo de produção capitalista – ainda que não ao modo como existiu e, eventualmente, ainda marginalmente exista na manufatura.

Para compreender esse ponto, note-se em primeiro lugar que aquilo que caracteriza a atividade humana em oposição à atividade típica de uma máquina é a ação antecipatória e teleológica. Esta última, em especial, consiste em subverter o rumo normal dos acontecimentos, em contrariar a causalidade que segue espontaneamente a flecha do tempo. A ação antecipatória e teleológica não apenas prediz o vai ocorrer, mas escolhe os eventos futuros que devem acontecer. A vontade conduz a ação para que o curso dos acontecimentos seja devidamente reorientado a partir de um passado e presente que estão dados e são irrevogáveis. O princípio subjetivo vigora na manufatura porque os trabalhadores dominam a técnica de produção. Ele volta a vigorar na pós-grande indústria pelo fato de que os trabalhadores se tornam portadores da ciência e da tecnologia. Nessa nova forma de cooperação, eles não podem contribuir para a produção se não são capazes de aplicar certos saberes técnicos às circunstâncias particulares dos processos produtivos. É evidente, entretanto, que eles, agora como antes, não controlam nem o processo como um todo nem o fim da produção. Contudo, a volta do princípio subjetivo prefigura a transformação possível do modo de produção capitalista.

As unidades de produção no modo de produção capitalista, enquanto unidades de trabalho coletivo, devem ser compreendidas como sistemas complexos que se encontram constrangidos a alcançar uma meta específica – ou uma série de metas convergentes com uma meta específica –, qual seja, a valorização do capital aí aplicado. E, à medida que são sistemas complexos reais, nunca deixam de conter em seu interior, em certa medida, processos de auto-organização, os quais, aliás, tendem a se desenvolver espontaneamente. E esses processos são mesmo desejados pela direção capitalista desde que eles contribuam para os lucros e não escapem ao seu comando despótico. Na manufatura que veio antes e na grande indústria que veio depois, esse objetivo foi alcançado, respectivamente, pelo “órgão coletivo de trabalho” e pelo “grande autômato”, tal como foi caracterizado por Marx em *O Capital*. Ora, no desenvolvimento seqüencial dessas duas formas de cooperação, entretanto, a espontaneidade e a criatividade na atividade laboral tornaram-se cada vez mais obstaculizadas.

Nas empresas do capitalismo tardio, entretanto, não é mais possível deixar de estimular em certa medida os processos espontâneos e criativos que ocorrem localmente em seus departamentos e grupos de trabalho. Estes, agora, têm de operar sob a pressão de metas “acordadas” que, propositalmente, eles não podem alcançar. Nesses grupos, os trabalhadores deixam de figurar como mão-de-obra, para passar a figurar como “colaboradores”. Na pós-grande indústria, a meta capitalista é buscada por um sistema de subordinação que busca controlar totalmente o trabalhador corporal e mentalmente, procurando extrair dele não apenas tempo e intensidade de trabalho, mas trabalho diferenciado qualitativamente. Por isso, mesmo sendo ainda um lugar de exercício despótico do poder, a empresa capitalista contemporânea tem de se apresentar como espaço comunicativo e mesmo no limite, cinicamente, como espaço democrático. Para que a meta capitalista seja alcançada, ela passa a ser dirigida por uma gerência científica que administra o corpo de trabalho com técnicas refinadas de manipulação psico-social. Esta cuida não só da aplicação eficiente da ciência e da tecnologia aos processos produtivos, mas também funciona como instância ideológica. Veicula constantemente um conjunto de idéias, imagens e aparências que preenche não só o imaginário da empresa, mas também que procura projetá-la no imaginário social como um todo.

Ora, isto revela como se configura na empresa pós-grande industrial a contradição central do capitalismo, qual seja aquela que existe entre o caráter social da produção e o caráter privado da acumulação: por um lado, ela tem de induzir os trabalhadores a operar conforme as demandas do capital, em prol da própria empresa, mas, por outro, tem de esperar que eles se comportem dedicada e criativamente como se fossem seres humanos livres, criativos e cheios de boas iniciativas. Por isso mesmo, os trabalhadores são forçados a estarem livremente engajados nos propósitos da empresa! Em conseqüência, o ambiente de trabalho nessas empresas é transtornado bipolarmente.

Como se sabe, na perspectiva aqui abraçada, o socialismo visa eliminar o fetichismo da vida econômica, libertando os homens da sujeição aos imperativos sistêmicos do capital. Para tanto, para que se realize, é preciso, em primeiro lugar, que a produção de bens e serviços seja organizada de forma planejada. Diante desse desiderato, a tarefa primeira do socialismo não ver a ser simplesmente mudar a forma de apropriação do produto social mantendo a organização prevalecente do trabalho, mas consiste, isto sim, em libertar os trabalhadores dos constrangimentos postos pelo processo de valorização, pondo um ponto final na subsunção do trabalho ao capital, em todos os seus aspectos, ou seja, formal, material e intelectual. Para que isto ocorra, a primeira condição é que a força de trabalho deixe de ser mercadoria.

Mas isto é ainda insuficiente, pois, como hoje se tem enorme clareza, as forças produtivas não são neutras nem do ponto de vista humano e social nem do ponto de vista ecológico.

É preciso adequar organizacional e tecnologicamente os processos laborais às exigências da produção de valores de uso em exclusivo, tendo como meta atender as necessidades humanas, mas mantendo a sustentabilidade ecológica. Para tanto, é preciso possibilitar que os trabalhadores entrem em livre simbiose com a inteligência coletiva em todas as esferas da produção e que esta última esteja disponível o mais amplamente possível para todos. Em conseqüência, é preciso reduzir a carga de trabalho de todos para que todos possam se dedicar aos aperfeiçoamentos artísticos, científicos, etc. que os engrandece como homens. A possibilidade isonômica de participação autônoma e ativa da direção social e política da sociedade também deve ser contemplada.

O socialismo do futuro acaba com o assalariamento e institui a propriedade coletiva dos meios de produção (exceto nas esferas em que a produção individual se faça necessária). Mas não, porém, para transformar todos os trabalhadores em funcionários do Estado. Ao contrário, o processo de produção material deve ficar sob o controle consciente e planejado de homens livremente socializados, tal como sustentou Marx em passagem famosa do primeiro capítulo de *O Capital* (Marx, 1983, p. 76). Para tanto, é preciso que sejam dominantes as formas coletivas de propriedade tais como a pública, a cooperativa, a comunitária, etc., reduzindo ao mínimo possível a propriedade estatal dos meios de produção. Como se sabe, a concepção socialista de Marx visa libertar os homens dos imperativos sistêmicos, provenham eles da “lógica do capital” ou da “lógica do Estado”.

Para que a sociedade se organize na forma prevista por Marx, as empresas têm de funcionar como unidades relativamente autônomas no interior de um sistema complexo mais amplo que as abarca. Esse sistema deve funcionar de modo descentralizado sem deixar, porém, de estar orientado globalmente e em todas as suas esferas hierárquicas (local, municipal, regional ou nacional) pelo planejamento democrático. A função principal do planejamento é estabelecer uma política de alocação de recursos em infra-estrutura, na produção de bens e serviços e em atividades esportivas e sócio-culturais.

Uma política geral de remuneração da força de trabalho, assim como de impostos, deve ser estabelecida coletivamente – mas ela não poderá regular os ganhos de forma rígida. De igual modo, o tempo de trabalho deve ser regulado dentro de certos limites para que todos possam trabalhar. Não se pode pretender, porém, liquidar a espontaneidade no travamento de relações sociais. Flexibilidade qualitativa e quantitativa na formalização das relações sociais é necessária para que o atendimento da necessidade seja compatibilizado com a liberdade, sem constrangimentos sufocantes das iniciativas localmente propostas e realizadas.

No socialismo, como enfatizaram muitos autores, as relações sociais de mercadoria, de dinheiro e de capital não podem subsistir.¹² Porém, para que o novo sistema funcione – ou seja, seja capaz de criar e de transmitir as informações e conhecimentos necessários à reprodução material e simbólica da sociedade de forma eficiente e eficaz – é preciso que a produção e as necessidades possam se ajustar homeostaticamente. Não se pode querer abolir ou anular a lei da oferta e da demanda. Não se deve desejar substituir uma economia anárquica por uma economia centralmente programada¹³. Se os mercados, portanto, são entendidos como lugares de realização das formas capitalistas, então eles não poderão existir no socialismo. Porém, se são entendidos como lugares em que se encontram a oferta e a demanda de bens e serviços, então não poderão deixar de permanecer no socialismo. Nesse sistema, deve existir, portanto, uma esfera de transações¹⁴ que permitam trocas, acordos, contratos a prazo, etc., cuja lógica de funcionamento esteja voltada para a

¹² Ver, por exemplo, McNally (1993, p. 170-217) e Carcanholo e Nakatane (2007).

¹³ Não se deveria confundir a programação econômica, que pretende ajustar *ex-ante* a oferta e a demanda, e o planejamento, que regula a oferta e é compatível com o ajustamento *ex-post* dessas duas componentes da interação econômica. No capitalismo, a oferta é determinada pelo lucro; no socialismo, os homens resolvem democraticamente o que deve ser produzido. No capitalismo, a demanda é cada vez mais condicionada pelo lucro por meio da propaganda e marketing; no socialismo, a demanda deve ser considerada autônoma, não manipulável.

¹⁴ Não se deveria confundir tais esferas de transação com os mercados enquanto esferas da circulação de mercadorias (as quais são, em última análise, formas da relação de capital). Em *O Capital*, isto não deveria ser esquecido, Marx não trata aí das esferas de transação em geral, mas apenas dos mercados capitalistas.

circulação dos valores de uso e o atendimento das necessidades. Essa lógica deve ser estabelecida institucionalmente, também por meios democráticos. De qualquer modo, a contabilidade das empresas que reflete a operação efetiva dessa lógica econômica deve ser transparente para a sociedade como um todo.

Ora, tudo isso requer a existência de algum tipo de veículo genérico de transação com as funções de medida de custos, meio de circulação, meio de empréstimos e de pagamento (sem a intervenção de juros). Os preços não podem ser decretados exogenamente ao funcionamento das esferas de transação, mas eles sempre podem ser regulados por meio de taxas e subsídios. Caso as regras de repartição exijam que os preços sejam pouco flexíveis, os ajustamentos entre ofertas e demandas deverão ocorrer principalmente por meio das quantidades ofertadas. Em suma, o sistema econômico do socialismo, mesmo sendo planejado, não pode deixar de ser um sistema complexo que funcione de modo descentralizado, com informação local, e que tenha propriedades de auto-organização.

Não se pode – e nem se deve – fazer planos mirabolantes para o futuro.¹⁵ Mas a negação histórica da subsunção do trabalho ao capital – hoje se sabe – não pode se alcançada por meio do comando e da centralização. A emancipação do homem continua condicionando a pauta das transformações que merecem receber o nome de socialismo. A pós-grande indústria, tal como existe atualmente, tende a libertar o trabalhador da subsunção material para aprisioná-lo ainda mais por meio da subsunção intelectual. Cria, entretanto, as condições para que os trabalhadores venham a controlar como homens livres todos os processos produtivos e, assim, a própria sociedade. E, assim, fornece uma nova possibilidade – essencialmente plural e democrática – ao socialismo.

Referências bibliográficas

- Albert, Michael – *Parecon – Life after capitalism*. Londres: Verso, 2003.
- Borges Neto, João M. – Valor e esgotamento do capitalismo nos Grundrisse. In: *O ensaio geral: Marx e a crítica da Economia Política*. Org.: João A. de Paula. Belo Horizonte, 2010, p. 161.
- Braverman, Harry – *Labor and Monopoly Capital – The Degradation of Work in the Twentieth Century*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- Carcanholo, Marcelo e Nakatani, Paulo – A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. In: *Outubro*, nº 15, 2007.
- Coriat, Benjamin – *A revolução dos robôs – O impacto socioeconômico da automação*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- Engels, Friedrich – *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005.
- Fausto, Ruy – *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo III: São Paulo: Editora 34, 2002.
- Lênin, V. I. – *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979.

¹⁵ Apesar disso, atualmente, os socialistas não podem deixar todas as questões sobre a organização social e econômica do futuro modo de produção em aberto. A discussão das características possíveis do socialismo apenas pode ser feita aqui de uma forma muito sumária. Um texto importante – e mesmo central – que aborda essa questão de forma extensa e profunda vem a ser aquele que foi produzido por Michael Albert, o qual caracterizou o socialismo do ponto de vista econômico como “economia participativa” (Albert, 2003)

- Mandel, Ernest – *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- McNally, David – *Against the market – political economy, market socialism and the Marxist critique*. Londres: Verso, 1993.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I, Tomo I.
- Musse, Ricardo – A dialética como método e filosofia do último Engels. In: *Crítica Marxista*, 1997, nº 5, p. 40-54.
- Postone, Moishe – *Time, labor, and social domination – a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- _____ – *Marx reloaded. Repensar da teoria crítica del capitalismo*. Madrid: Traficantes del Sueños, 2007.
- Prado, Eleutério F. S. – Pós-grande indústria e neoliberalismo. In: *Revista de Economia Política*, vol. 25 (1), jan-mar 2005, p. 11-27.
- Vásquez, Adolfo S. – Do socialismo científico ao socialismo utópico. In: *O valor do socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 18-71.